



Prefeitura Municipal de Vila Rica

LEI Nº 164 DE 28 DE JUNHO DE 1.993

"Institui o Código de Posturas do Município de Vila Rica e dá outras Providências."

A Câmara Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, aprovou e eu, Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei:



## Prefeitura Municipal de Vila Rica

### SUMÁRIO

TÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS	
CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES.....	2
CAPÍTULO II - DAS INFRAÇÕES E DAS PENAS.....	2
CAPÍTULO III - DO AUTO DE INFRAÇÃO.....	3
CAPÍTULO IV - DO PROCESSO DE EXECUÇÃO.....	4
TÍTULO II - DA HIGIENE PÚBLICA	
CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS.....	4
CAPÍTULO II - DA HIGIENE DAS VIAS PÚBLICAS.....	5
CAPÍTULO III - DA HIGIENE DAS HABITAÇÕES.....	6
CAPÍTULO IV - DO CONTROLE DA POLUIÇÃO AMBIENTAL.....	7
CAPÍTULO V - DA HIGIENE DA ALIMENTAÇÃO.....	8
CAPÍTULO VI - DA HIGIENE DOS ESTABELECIMENTOS.....	10
SEÇÃO I - DA HIGIENE DOS HOTÉIS, RESTAURANTES, CASAS DE LANCHES, CAFÉ, PADARIAS, CONFEITARIAS E ESTABELECIMENTOS CONGÊNERES.....	10
SEÇÃO II - DOS SALÕES DE BARBEIROS, CABELEIREIROS E ESTABELECIMENTOS CONGÊNERES.....	10
SEÇÃO III - DA HIGIENE DOS HOSPITAIS, CASAS DE SAÚDE, MATERNIDADES E NECROTÉRIOS.....	11
SEÇÃO IV - DA HIGIENE DAS CASAS DE CARNE E PEIXARIAS.....	11
CAPÍTULO VII - DA HIGIENE DAS PISCINAS DE NATAÇÃO.....	12
TÍTULO III - DA POLÍCIA DE COSTUMES, SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA	
CAPÍTULO I - DA MORALIDADE E DO SOSSEGO PÚBLICO.....	13
CAPÍTULO II - DOS DIVERTIMENTOS PÚBLICO.....	14
CAPÍTULO III - DOS LOCAIS DE CULTO.....	16
CAPÍTULO IV - DO TRÁNSITO PÚBLICO.....	17
CAPÍTULO V - DAS MEDIDAS REFERENTES AOS ANIMAIS.....	18
CAPÍTULO VI - DA EXTINÇÃO DE INSETOS NOCIVOS.....	19
<b>CAPÍTULO VII - DO EMPACHAMENTO DAS VIAS PÚBLICAS.....</b>	<b>19</b>
<b>CAPÍTULO VIII - DOS INFLAMÁVEIS E EXPLOSIVOS.....</b>	<b>21</b>
CAPÍTULO IX - DAS QUEIMADAS E DOS CORTES DE ÁRVORES E PASTAGEM.....	22
CAPÍTULO X - DA EXPLORAÇÃO DE PEDREIRAS, CASCALHEIRAS, OLARIAS E EPÓSITOS DE AREIA SAIBRO.....	23
CAPÍTULO XI - DOS MUROS E CERCAS.....	25
CAPÍTULO XII - DOS ANÚNCIOS E CARTAZES.....	26
TÍTULO IV - DO FUNCIONAMENTO DO COMÉRCIO E DA INDÚSTRIA	
CAPÍTULO I - DO LICENCIAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS, COMERCIAIS E PRESTADORES DE SERVIÇOS.....	27
SEÇÃO I - DAS INDÚSTRIAS E DO COMÉRCIO LOCALIZADO.....	27
SEÇÃO II - DO COMÉRCIO AMBULANTE.....	28
CAPÍTULO II - DO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO.....	29
TÍTULO V - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS.....	30



## Prefeitura Municipal de Vila Rica

### TÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

#### CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Este Código contém as medidas de policia administrativa a cargo do Município em matéria de higiene, segurança, ordem público, bem estar público, localização e funcionamento dos estabelecimentos comerciais, industriais, e prestadores de serviços, estatuinto as necessárias relações entre Poder Público local e os Municípes.

Art. 2º - Ao Prefeito e, em geral aos servidores municipais incumbe cumprir e velar pela observância dos preceitos deste Código.

#### CAPÍTULO II DAS INFRAÇÕES E DAS PENAS

Art.3º - Constitui infração toda ação ou omissão contrária às disposições deste Código ou de outras Leis, Decretos, Resoluções ou atos baixados pelo Governo Municipal no uso de seu poder de Policia.

Art.4º - Será considerado infrator todo aquele que cometer mandar, constringer ou auxiliar alguém a praticar infração bem como os encarregados da execução das Leis que, tendo conhecimento da infração, deixarem de atuar o infrator.

Art.5º - A pena, além de impor a obrigação de fazer ou desfazer, será pecuniária e constituirá em multa, observados os limites máximos estabelecidos neste Código.

Art.6º - A penalidade pecuniária será judicialmente executada se, imposta de forma regular e pelos meios hábeis, o infrator se recusar a satisfazê-la no prazo legal.

Parágrafo 1º - A multa não paga no prazo regulamentar será inscrita em Divida Ativa.

Parágrafo 2º - Os infratores que estiverem em débito de multa não poderão receber quaisquer quantias ou créditos que tiverem com a Prefeitura, participar de Concorrência, Coleta ou Tomada de preços, celebrar contratos ou termos de qualquer natureza, ou transacionar a qualquer titulo com a administração municipal



## Prefeitura Municipal de Vila Rica

Art.7º - As multas serão impostas em grau mínimo, médio e máximo.

Parágrafo único - Na imposição da multa, e para graduá-la, ter-se-á em vista:

I - a maior ou menor gravidade da infração;

II - as suas circunstâncias atenuantes ou agravantes;

III - os antecedentes do infrator com relação às disposições deste Código.

Art.8º - Nas reincidências, as multas serão cominadas em dobro.

Parágrafo único - Reincidente é considerado todo o munícipe que violar preceito deste Código por cuja infração já tiver sido autuado e punido.

Art.9º - As penalidades a que se refere este Código não isentam o infrator da obrigação de reparar o dano resultante da infração, na forma da Lei.

Parágrafo único - Aplicada a multa, não fica o infrator desobrigado do cumprimento da exigência que a houver determinado.

Art.10 - Os débitos decorrentes de multa não paga, nos prazos regulamentares serão atualizadas, nos seus valores monetários, com base nos coeficientes de correção monetária que estiverem em vigor na data de liquidação das importâncias devidas.

Parágrafo único - Na atualização dos débitos de multas de que trata este artigo, aplicar-se-á os coeficientes oficiais de correção monetária de débitos fiscais, podendo ser os valores monetários transformados em UPF's.

Art.11 - Nos casos de apreensão, a coisa apreendida será recolhida ao Depósito da Prefeitura; quando a isto não se prestar a coisa ou quando a apreensão se realizar fora da cidade, poderá ser depositada em mãos de terceiros, ou do próprio detentor, se idôneo, observadas as formalidades legais.

Parágrafo único - A devolução da coisa apreendida só se fará depois de pagas as multas que tiverem sido aplicadas e de indenizada a Prefeitura, das despesas que tiverem sido feitas com a apreensão, o transporte e o depósito.

Art.12 - No caso de não ser reclamado e retirado dentro de 30 (trinta) dias, o material apreendido será vendido em hasta pública pela Prefeitura, sendo a importância aplicada na indenização das multas e despesas de que trata o artigo anterior e entregue



## Prefeitura Municipal de Vila Rica

qualquer saldo ao proprietário, mediante requerimento devidamente instruído e processado.

Art.13 - Não são diretamente passíveis de aplicação das penas definidas neste Código:

- I - Os incapazes na forma da Lei;
- II- Os que forem coagidos a cometer infração.

Art.14 - Sempre que a infração for praticada por qualquer dos agentes a que se refere o artigo anterior, a pena recairá:

- I - Sobre os pais, tutores ou pessoa sob cuja guarda estiver o menor;
- II - Sobre o curador ou pessoa cuja guarda estiver o louco;
- III - Sobre aquele que der causa à contravenção forçada.

### CAPÍTULO III DO AUTO DE INFRAÇÃO

Art.15 - Auto de infração é o instrumento por meio do qual a autoridade Municipal apura a violação das disposições deste Código e de outras Leis, Decretos e Regulamentos Municipais.

Art.16 - Dará motivo à lavratura de auto de infração qualquer violação das normas deste código que for levada ao conhecimento do Prefeito, ou dos Chefes de Serviços, por qualquer outra pessoa que a presenciar, devendo a comunicação ser acompanhada de prova ou devidamente testemunhada.

Parágrafo único - Recebendo tal comunicação, a autoridade competente ordenará, sempre que couber, a lavratura do auto de infração.

Art.17 - Qualquer do povo poderá autuar os infratores, devendo o auto respectivo, que será assinado por 02 (duas) testemunhas, ser enviado à Prefeitura para fins de direito.

Parágrafo único - São autoridades para lavrar auto de infração os fiscais, ou outros funcionários para isso designados pelo Prefeito.

Art.18 - É autoridade para confirmar os autos de infração e arbitrar multas, o Prefeito ou seu substituto legal, este quando em exercício.

Art.19 - Os autos de infração, lavrados em modelos especiais, com precisão, sem entrelinhas, emendas ou rasuras, deverão conter obrigatoriamente:



## Prefeitura Municipal de Vila Rica

I - o dia, mês, ano, hora e local em que foi lavrado;

II- o nome de quem lavrou, relatando-se com toda clareza o fato Constante da infração e os pormenores que possam servir de atenuantes ou agravantes à ação;

III - o nome do infrator, sua profissão, idade, estado civil e residência;

IV - a disposição infringida, a intimação ao infrator para pagar as multas devidas ou apresentar defesa e prova nos prazos previstos;

V- a assinatura de quem lavrou o auto, do infrator e de 02 (duas) testemunhas capazes, se houver.

Parágrafo 1º - As omissões ou incorreções do auto, não acarretarão sua nulidade quando do processo constar elementos suficientes para a determinação da infração e do infrator.

Parágrafo 2º - A assinatura não constitui formalidade essencial à validade do auto, não implica em confissão nem a recusa agravará a pena.

Art.20 - Recusando-se o infrator a assinar o auto, será tal recusa averbada no mesmo pela autoridade que o lavrar e o mesmo assinado por duas testemunhas.

### CAPÍTULO IV DO PROCESSO DE EXECUÇÃO

Art.21 - O infrator terá o prazo de 05 (cinco) dias para apresentar a defesa, contados da lavratura do auto de infração.

Parágrafo único - A defesa far-se-á por petição ao Prefeito, facultada a anexação de documentos.

Art.22 - Julgada improcedente, ou não sendo a defesa apresentada no prazo previsto, será imposta a multa ao infrator, o qual será intimado a recolhê-la dentro do prazo de 05 (cinco) dias.

### TÍTULO II DA HIGIENE PÚBLICA

#### CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art.23 - A fiscalização sanitária abrangerá especialmente:

I- a higiene das vias públicas;



## Prefeitura Municipal de Vila Rica

- II - a higiene das habitações;
- III- controle da água e do sistema de eliminação de dejetos;
- IV - o controle da poluição ambiental;
- V - a higiene da alimentação
- VI - a higiene dos estabelecimentos em geral;
- VII - a higiene das piscinas de natação;
- VIII - a limpeza e desobstrução dos cursos de água e das valas.

Art.24 - Em cada inspeção em que for verificada irregularidade, apresentará o funcionário competente um relatório circunstanciado, sugerindo medidas ou solicitando providências à bem da higiene pública.

Parágrafo único - A Prefeitura tomará as providências cabíveis ao caso, quando o mesmo for da alçada do governo Municipal, ou remeterá cópia do relatório às autoridades Federais e Estaduais competentes, quando as providências necessárias forem da alçada das mesmas.

### CAPÍTULO II DA HIGIENE DAS VIAS PÚBLICAS

Art.25 - O serviço de limpeza de ruas, praças e logradouros públicos será executado diretamente pela Prefeitura ou por concessão.

Art.26 - Os moradores são responsáveis pela limpeza dos passeios e sarjetas fronteiriços à sua residência.

Parágrafo único - é absolutamente proibido, em qualquer caso, varrer lixo ou detritos sólidos de qualquer natureza, para os ralos dos logradouros públicos.

Art.27 - É proibido fazer varredura do interior dos prédios, dos terrenos, e dos veículos para a via pública, bem como despejar ou atirar papéis, reclames ou quaisquer detritos sobre o leito de logradouros públicos.

Parágrafo único - A ninguém é lícito, sob qualquer pretexto, impedir ou dificultar o livre escoamento das águas pelos canos, valas, sarjetas ou canais das vias públicas, danificando ou obstruindo tais servidões.

Art.28 - Para preservar de maneira geral a higiene pública fica terminantemente proibido:

- I- lavar roupa em chafarizes, fontes ou tanques situados nas vias públicas;
- II - Consentir o escoamento da água servida das residências para as ruas;



## Prefeitura Municipal de Vila Rica

III - Conduzir, sem as precauções devidas, quaisquer materiais que possam comprometer o asseio das vias públicas;

IV - aterrar vias públicas com lixo materiais velhos ou quaisquer detritos;

V- Queimar, mesmo nos próprios quintais, lixo ou quaisquer corpos em quantidade capaz de molestar a vizinhança;

VI - Conduzir para a cidade, vilas ou povoações do Município, doente portador de moléstias infecto-contagiosas, salvo com as necessárias precauções de higiene e para fins de tratamento;

VII - Fazer a retirada de materiais ou entulhos provenientes de construção ou demolição de prédios sem o uso de instrumentos adequados, como canaletas ou outros que evitem a queda dos referidos materiais nos logradouros e vias públicas.

Art.29 - é proibido lançar nas vias públicas, nos terrenos sem edificação, várzeas, valas, bueiros e sarjetas, lixo de qualquer origem, entulhos, cadáveres de animais, fragmentos pontiagudos ou qualquer material que possa ocasionar incômodo à população ou prejudicar a estética da cidade, bem como queimar, dentro do perímetro urbano, qualquer substancia que possa viciar ou corromper a atmosfera.

Art.30 - É expressamente proibida a instalação dentro do perímetro urbano, de indústrias que pela natureza dos produtos, pelas matérias primas utilizadas, pelos combustíveis empregados, ou por qualquer outro motivo possam prejudicar a saúde pública.

Art.31 - Não é permitido, senão a distancia de 800 (oitocentos) metros das ruas e logradouros públicos, a instalação de estrumeiras, ou depósitos em grande quantidade, de estrume de animal não beneficiado.

Art.32 - Na infração de qualquer artigo deste capítulo, será imposta a multa correspondente a 05 (cinco) UPF's.

### CAPÍTULO III DA HIGIENE DAS HABITAÇÕES

Art.33 - As residências urbanas deverão ser caiadas ou pintadas, tornando-se isto obrigatório quando houver exigência especial das autoridades sanitárias.

Parágrafo 1º - é: proibida a colocação de vasos nas janelas ou demais lugares que possam cair e causar danos às pessoas.

Parágrafo 2º - Os serviços de dedetização realizados pelos órgãos Públicos Federais, Estaduais e ou Municipais, de importância



## Prefeitura Municipal de Vila Rica

sanitária relevante, tornam-se obrigatórios no interior das residências urbanas, quando assim o entenderem as autoridades sanitárias.

Art.34 - Os proprietários ou inquilinos são obrigados a conservar em perfeito estado de asseio os seus quintais, pátios, prédios ou terrenos.

Parágrafo 1º - Os proprietários ou responsáveis deverão evitar a formação de focos ou viveiros de insetos, ficando obrigados à execução das medidas que forem determinadas para sua extinção.

Parágrafo 2º - Os proprietários de terrenos pantanosos são obrigados a drená-los.

Parágrafo 3º - O escoamento superficial das águas estagnadas, deverá ser feito para ralos, canaletas ou córregos por meio de declividade apropriada.

Art.35 lixo das habitações será recolhido em vasilhames, providos de tampa, ou embalagens plásticas para ser removido pelo serviço de limpeza pública.

Parágrafo único - Não serão considerados como lixos os resíduos de fábricas e oficinas, ou restos de material de construção, os entulhos provenientes de demolições, as matérias excrementícias e restos de forragem das cocheiras e estábulos, as palhas e outros resíduos das casas comerciais, bem como terras, folhas e galhos que serão removidos à custa dos respectivos inquilinos ou proprietários.

Art.36 - Os conjuntos de apartamentos e prédios de habitação coletiva deverão ser dotados de instalação coletora de lixo, esta convenientemente disposta, perfeitamente vedada e dotada de dispositivo para limpeza e lavagem.

Art.37 - Nenhum prédio situado em via pública, dotado de rede de água e esgoto, poderá ser habitado sem que disponha dessas utilidades e seja provido de instalações sanitárias.

Parágrafo 1º - Os prédios de habitação coletiva terão proporcional ao dos seus moradores.

Parágrafo 2º - Não serão permitidos nos prédios da cidade, das vilas e dos povoados, providos de rede de abastecimento de água a abertura ou manutenção de cisternas, salvo em casos especiais, mediante autorização do Prefeito Municipal, obedecidas as prescrições legais.

Art.38 - Quando não existir rede pública de abastecimento de água ou coletora de esgoto, será indicado pela administração Municipal às medidas a serem adotadas.



## Prefeitura Municipal de Vila Rica

Art.39 - Os reservatórios de água deverão obedecer aos seguintes requisitos:

I - vedação total que evite o acesso de substâncias que possam contaminar a água;

II- fácil acesso para sua inspeção por parte da fiscalização sanitária;

III - tampa removível.

Art.40 - As chaminés de qualquer espécie de fogões de casas articulares, de restaurantes, pensões, estabelecimentos comerciais e industriais de qualquer natureza, terão altura suficiente para que a fumaça, a fuligem ou outros resíduos que possam expelir, não incomodem os vizinhos.

Art.41 - é proibido comprometer de qualquer forma a limpeza das águas destinadas ao consumo público ou particular.

Art.42 - Na infração de qualquer artigo deste capítulo, será imposta a multa de 04 (quatro) UPF's.

### CAPÍTULO IV DO CONTROLE DA POLUIÇÃO AMBIENTAL

Art.43 - É proibida qualquer alteração das propriedades físicas, químicas ou biológicas do meio ambiente: solo, água e ar, de matéria que direta ou indiretamente:

I - crie ou possa criar condições nocivas ou ofensivas à saúde, à segurança e ao bem-estar público;

II - contenha óleo, graxa e lixo;

III - prejudique o uso do meio ambiente para fins domésticos, agropecuários, recreativos, de piscicultura e para outros fins úteis ou que afetem a sua estética.

Art.44 - Os esgotos domésticos ou resíduos das indústrias, ou resíduos sólidos domésticos ou industriais só, poderão ser lançados direta ou indiretamente nas águas interiores se estas não se tornarem poluídas, conforme artigo 41 deste Código.

Art.45 - As proibições estabelecidas nos artigos 43 e 44 aplicam-se à 'água superficial ou de solo de propriedade pública, privada ou de uso comum.

Art.46 - A Prefeitura desenvolverá ação no sentido de:

I- controlar as novas fontes de poluição ambiental;

II - controlar a poluição através de análise, estudos e levantamento das características do solo, das águas e do ar.



## Prefeitura Municipal de Vila Rica

Art.47 - As autoridades incumbidas da fiscalização ou inspeção, para fins de controle de poluição ambiental, terão livre acesso, a qualquer dia e hora, às instalações industriais, comerciais, agropecuárias ou outras particulares ou públicas, capazes de poluir o meio ambiente.

Art.48 - Para instalação, construção, reforma, conversão, aplicação e adaptação de estabelecimentos industriais, agropecuários e de prestação de serviços, é obrigatório a consulta ao órgão competente da Prefeitura sobre a possibilidade de poluição do meio ambiente.

Art.49 - O Município poderá celebrar convênio com órgãos públicos Federais ou Estaduais para execução de tarefas que objetivem o controle da poluição do meio ambiente e dos planos estabelecidos para a sua proteção.

Art.50 - Na infração de dispositivos deste capítulo, serão aplicadas as seguintes penalidades:

- I - multa correspondente ao valor de 10 (dez) UPF's;
- II - restrição de incentivos e benefícios fiscais, quando concedidos pela Administração Municipal.

### CAPÍTULO V DA HIGIENE DA ALIMENTAÇÃO

Art.51 - A Prefeitura exercerá, em colaboração com as autoridades sanitárias do Estado e da União, severa fiscalização sobre produção, o comércio e o consumo de gêneros alimentícios em geral.

Parágrafo único - Para os efeitos deste Código, consideram-se gêneros alimentícios todas as substâncias sólidas ou líquidas, destinadas a ser ingeridas pelo homem, excetuando os medicamentos.

Art.52 - Não será permitida a produção, exposição ou vendas de gêneros alimentícios deteriorados, falsificados, adulterados, ou nocivos à saúde, os quais serão apreendidos pelos funcionários encarregados pela fiscalização e removidos para local destinado a inutilização dos mesmos.

Parágrafo 1º - A inutilização dos gêneros não eximirá a fábrica ou estabelecimento comercial do pagamento das multas e demais penalidades que possam sofrer em virtude da infração.

Parágrafo 2º - A reincidência na prática das infrações previstas neste artigo determinará a cassação da licença para funcionamento da fábrica ou casa comercial.



## Prefeitura Municipal de Vila Rica

Art.53 - Nas quitandas e casas congêneres, além das disposições gerais concernentes aos estabelecimentos de gêneros alimentícios, deverão ser observadas as seguintes:

I - o estabelecimento terá, para depósito de verduras que devam ser consumidas sem cocção, recipientes ou dispositivos de superfície impermeável e à prova de moscas, poeiras e qualquer contaminação;

II - os alimentos que independam de cozimento, deverão ser depositados em recipientes fechados, que evitem o acesso de impurezas e insetos;

III - as gaiolas para aves serão de fundo móvel, para facilitar a sua limpeza, que será feita diariamente;

IV - as frutas expostas á venda serão colocadas sobre mesas ou estantes, rigorosamente limpas e afastadas um metro no mínimo das ombreiras e das portas externas.

Art.54 - É proibido ter em depósito ou expostas à venda:

I - aves doentes;

II - frutas não sazonadas;

III - legumes, hortaliças, frutas ou ovos deteriorados.

Art.55 - Toda água que tenha de servir na manipulação ou preparo de gêneros alimentícios, desde que não provenha do abastecimento público, deve ser comprovadamente pura.

Art.56 - O gelo destinado ao uso alimentar deverá ser fabricado com água potável, isenta de qualquer contaminação.

Art.57 - As fábricas de doces e de massas, as refinarias, padarias, confeitarias e estabelecimentos congêneres deverão ter:

I- o piso e as paredes das salas de elaboração dos produtos alimentícios revestidos de ladrilhos, ou azulejos até a altura mínima de 02 (dois) metros, nas paredes;

II - as salas de preparo dos produtos, com as janelas e aberturas teladas e à prova de insetos.

Art. 58 - Os vendedores ambulantes de gêneros alimentícios, além das prescrições deste Código que lhe são aplicáveis, deverão observar as seguintes:

I - velarem para que os gêneros alimentícios que ofereçam não estejam deteriorados nem contaminados e se apresentarem em perfeitas condições de higiene, sob pena de multa e de apreensão das referidas mercadorias, que serão inutilizadas;

II- terem carrinhos de acordo com os modelos oficiais da Prefeitura;

II - terem produtos expostos à venda, conservados em recipientes apropriados para isolá-los de impurezas e insetos;



## Prefeitura Municipal de Vila Rica

IV - usarem vestuário adequado e limpo;

V- manterem-se rigorosamente asseados.

Parágrafo 1º - Os vendedores ambulantes não poderão vender frutas descascadas, cortadas ou em fatias.

Parágrafo 2º - Ao vendedor ambulante de gêneros alimentícios de ingestão imediata, é proibido tocá-los com as mãos, sob pena de multa, sendo proibição extensiva à freguesia.

Parágrafo 3º - Os vendedores ambulantes de alimentos preparados não poderão estacionar em locais em que seja fácil a contaminação dos produtos expostos à venda, ou em pontos vedados pela Saúde Pública.

Art. 59 - A venda ambulante de sorvetes, refrescos, doces, guloseimas, pães e outros gêneros alimentícios, de ingestão imediata, só será permitida em carros apropriados, caixas ou outros receptáculos fechados, devidamente vistoriados pela Prefeitura, de modo que a mercadoria seja resguardada da poeira e da ação do tempo ou de elementos maléficis de qualquer espécie, sob pena de multa e de apreensão da mercadoria.

Parágrafo 1º - é obrigatório que o vendedor ambulante justaponha, rigorosamente e sempre, as partes das vasilhas destinadas à venda de gêneros alimentícios de ingestão imediata, de modo a preservá-los de qualquer contaminação.

Parágrafo 2º - O acondicionamento de balas, confeitos e biscoitos providos de envoltórios, poderá ser feito em vasilhas abertas.

Art.60 - Na infração de qualquer artigo deste capítulo, será imposta a multa correspondente a de 05 (cinco) UPF's.

### CAPÍTULO VI DA HIGIENE DOS ESTABELECIMENTOS

#### SEÇÃO I DA HIGIENE DOS HOTÉIS, RESTAURANTES, CASAS DE LANCHES, CAFÉ, PADARIAS, CONFEITARIAS E ESTABELECIMENTOS CONGÊNERES.

Art.61 - Os hotéis, restaurantes, bares, cafés, padarias, confeitarias e estabelecimentos congêneres deverão observar as seguintes prescrições:

I- a lavagem de louças e talheres deverá fazer-se com água corrente, não sendo permitida sob qualquer hipótese a lavagem em baldes, tonéis ou vasilhames;

II - a higienização da louça e talheres deverá ser feita com detergente ou sabão e água fervendo em seguida;

III - os guardanapos e toalhas serão de uso individual;

IV - os açucareiros serão do tipo que permitem a retirada do



## Prefeitura Municipal de Vila Rica

açúcar, sem levantamento da tampa;

V - a louça e os talheres deverão ser guardados em armários com portas ventiladas, não podendo ficar expostos à poeira e aos insetos;

VI - as mesas e balcões deverão possuir tampas impermeáveis;

VII - as cozinhas e copas terão revestimentos ou ladrilhos nos pisos e nas paredes até a altura mínima de 02 (dois) metros, e deverão ser conservadas em perfeitas condições de higiene;

VIII - os utensílios de cozinha, os copos, as louças, os talheres, xícaras e pratos devem estar sempre em perfeitas condições de uso. Será apreendido e inutilizado imediatamente, o material que estiver danificado, lascado ou trincado;

IX - haverá sanitários para ambos os sexos, não sendo permitido entrada comum;

X - nos salões de consumação não será permitida o depósito de caixas de qualquer material estranho às suas finalidades.

Parágrafo 1º - Não é permitido servir café em copos ou utensílios que não possam ser esterilizados em água fervente, excetuando-se desta proibição os copos confeccionados em material plástico ou papel, que devem ser destruídos após uma única utilização.

Parágrafo 2º - Os estabelecimentos a que se refere este artigo são obrigados a manter seus empregados e garçons limpos, convenientemente trajados, de preferência uniformizados.

Art.62 - Na infração de qualquer artigo desta Seção, será imposta a multa correspondente a 05 (cinco) UPF's.

### SEÇÃO II

#### DOS SALÕES DE BARBEIROS, CABELEIREIROS E ESTABELECIMENTOS CONGÊNERES.

Art.63 - Nos salões de barbeiros, cabeleireiros e estabelecimentos congêneres é obrigatório, o uso de toalhas e golas individuais.

Parágrafo único - Durante o trabalho, os oficiais ou empregados deverão usar jalecos rigorosamente limpos.

Art.64 - As toalhas ou panos que recobrem o encosto das cadeiras devem ser usados uma só vez para cada atendimento.

Art.65 - Os instrumentos de trabalho, logo após sua utilização, deverão ser mergulhados em solução anticéptica e lavados em água corrente.

Art.66 - Os salões de barbeiros, cabeleireiros e estabelecimentos congêneres deverão obedecer as seguintes prescrições:

I- os pisos deverão ser recobertos de borracha ou material



## Prefeitura Municipal de Vila Rica

similar;

II- as paredes deverão ser pintadas a óleo, ou material similar, até a altura mínima de 02 (dois) metros;

III - deverão possuir instalações sanitárias adequadas.

Art.67 - Na infração de qualquer artigo desta Seção, será imposta a multa correspondente a 03 (três) UPF's.

### SEÇÃO III DA HIGIENE DOS HOSPITAIS, CASAS DE SAÚDE, MATERNIDADES E NECROTÉRIOS

Art.68 - Nos hospitais, casas de saúde e maternidades, além das disposições gerais deste Código, que lhes forem aplicadas, é obrigatório:

I - a existência de depósitos de roupas servidas;

II - a existência de uma lavanderia a água quente com instalação

completa de esterilização;

III - a esterilização de louças, talheres e utensílios diversos;

IV - deverão possuir incineradores próprios;

V - a instalação de cozinha, copas e despensa conforme as exigências do inciso VII do artigo 61 deste Código.

VI

Art.69 - A instalação dos necrotérios e capelas mortuárias será em prédio isolado, distante no mínimo 20 (vinte) metros das habitações vizinhas e situadas de maneira que seu interior não seja devassado ou descortinado.

Art.70 - Na infração de qualquer artigo desta Seção, será imposta a multa de 05 (cinco) UPF's.

### SEÇÃO IV DA HIGIENE DAS CASAS DE CARNE E PEIXARIAS.

Art.71 - As casas de carne e peixarias deverão atender às seguintes condições:

I - serem instaladas em prédios de alvenaria;

II - serem dotadas de torneiras e pias apropriadas;

III - terem balcões com tampo de aço inoxidável, mármore ou fórmica;

IV - terem câmaras frigoríficas ou refrigeradores com capacidade suficiente;

V - utilizar utensílios de manipulações, ferramentas e instrumentos de corte feitos de material apropriado, conservado em rigoroso estado de limpeza;

VI - não será permitido o uso de lâmpadas coloridas na iluminação artificial;



## Prefeitura Municipal de Vila Rica

VII- o piso deverá ser cimento alisado, mosaico ou ladrilho;

VIII- as paredes deverão ser revestidas com azulejos até a altura de 02 (dois) metros, no mínimo;

IX - deverão ter ralos ligando o local à rede de esgoto ou fossa absorvente;

X - possuir instalações sanitárias adequadas;

XI - possuir portas gradeadas e ventiladas.

Art.72 - Nas casas de carne e congêneres, só poderá entrar, carnes provenientes de abatedouros devidamente licenciados e regularmente inspecionados, carimbados e conduzidos em veículos apropriados.

Parágrafo único - As aves abatidas deverão ser expostas à venda, completamente limpas, livre tanto de plumagem como das vísceras e partes não comestíveis.

Art.73 - Nas casas de carne e estabelecimentos congêneres é vedado o uso de cepo e machado.

Art.74 - Nas casas de carne e peixarias, não serão permitidos móveis de madeira sem revestimento impermeável.

Art.75 - Nos estabelecimentos tratados nesta Seção é obrigatório observar as seguintes prescrições de higiene:

I - manter o estabelecimento em completo estado de asseio e limpeza;

II- o uso de avental e gorros brancos;

III - manter coletores de lixo e resíduos à prova de moscas e roedores, equipados com tampas especiais.

Art.76 - Na infração de qualquer artigo desta Seção, será imposta a multa de 07 (sete) UPF's.

### CAPÍTULO VII DA HIGIENE DAS PISCINAS DE NATAÇÃO

Art.77 - As piscinas de natação deverão obedecer as seguintes prescrições:

I - todo freqüentador de piscina é obrigado a banho prévio de chuveiro;

II- no trajeto entre os chuveiros e a piscina será necessária a passagem do banhista por lava-pés, situado de modo a reduzir no mínimo, o espaço percorrido pelo banhista para atingir a piscina após o trânsito pelo lava-pés;

III - a limpeza de água deve ser tal, que da borda possa ser vista com nitidez o seu fundo;

IV - o equipamento especial da piscina deverá assegurar perfeita e uniforme circulação, filtragem e purificação da água.



## Prefeitura Municipal de Vila Rica

Art.78 - A água das piscinas deverá ser tratada com cloro ou preparados de composição similar.

Parágrafo 1º - Quando- o cloro e seus componentes forem usados com amônia, o teor do cloro residual na água, quando a piscina estiver em uso, não deve ser inferior a 0,6 partes por milhão.

Parágrafo 2º - As piscinas que recebem continuamente água considerada de boa qualidade cuja renovação total se realiza em tempo inferior a 12 (doze) horas poderão ser dispensadas das exigências de que trata este artigo.

Art.79 - Em todas as piscinas é obrigatório o registro diário das operações de tratamento e controle.

Art.80 - Os freqüentadores das piscinas de clubes desportivos deverão ser submetidos a exames médicos, pelo menos uma vez por ano.

Parágrafo 1º - Quando no intervalo entre os exames médicos, apresentarem afecção da pele, inflamação dos aparelhos visuais, auditivos ou respiratórios, poderão ter impedido o seu ingresso na piscina.

Parágrafo 2º - Os clubes e demais entidades que mantêm piscinas públicas são obrigados a dispor de salva-vidas durante todo horário de funcionamento.

Art.81 - Para uso dos banhistas, deverão existir vestiários para ambos os sexos, com chuveiros e instalações sanitárias adequadas.

Art.82 - Nenhuma piscina poderá ser usada, quando suas águas forem julgadas poluídas pela autoridade sanitária competente.

Art.83 - Das exigências deste capítulo, excetuando-se o disposto no artigo anterior, ficam excluídas as piscinas das residências particulares, quando para uso exclusivo de seus proprietários e pessoas de suas relações.

Art.84 - Na infração de qualquer artigo deste capítulo, será imposta a multa de 05 (cinco) UPF's.

### TÍTULO III

#### DA POLÍCIA DE COSTUMES, SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA

#### CAPÍTULO I

##### DA MORALIDADE E DO SOSSEGO PÚBLICO

Art.85 - é expressamente proibido às casas de comércio ou aos



## Prefeitura Municipal de Vila Rica

ambulantes, a exposição ou venda de gravuras, livros, revistas ou jornais pornográficos, ou obscenos.

Parágrafo único - A reincidência na infração deste artigo determinara a cassação da licença de funcionamento.

Art.86 - Não serão permitidos banhos nos rios, córregos ou lagoas do Município, exceto nos locais designados pela Prefeitura como próprios para banhos ou esportes náuticos.

Parágrafo único - Os participantes de esportes ou banhistas deverão trajar-se com roupas apropriadas.

Art.87 - Os proprietários de estabelecimentos em que se vendem bebidas alcoólicas serão responsáveis pela manutenção da ordem dos mesmos.

Parágrafo 1º - As desordens, algazarras ou barulhos, porventura verificados nos referidos estabelecimentos, sujeitarão os proprietários à multa, podendo ser cassada a licença para seu funcionamento, nas reincidências.

Parágrafo 2º - Os proprietários de estabelecimentos caracterizados neste artigo ficam expressamente proibidos de vender bebidas alcoólicas os menores de idade.

Art.88 - ~~é "expressamente proibido perturbar o sossego público com ruídos ou sons excessivos tais como-~~ [\(Regulamentada pela Lei n.423/2002- integra em anexo\)](#)

~~I - os motores de explosão desprovidos de silenciosos ou com estes em mau estado de funcionamento;~~

~~II- os de buzina, clarins, tímpanos, campainhas ou quaisquer outros aparelhos,~~

~~III- a propaganda realizada em alto falantes, sem prévia autorização da Prefeitura;~~

~~IV - os produzidos por arma de fogo;~~

~~V - os de morteiros, bombas e demais fogos ruidosos;~~

~~VI - os de apito ou silvos de sirene de fábricas, cinemas, ou estabelecimentos outros, por mais de 30 (trinta) segundos ou depois das 22 (vinte e duas) horas;~~

~~VII- batuques, congados e outros divertimentos congêneres sem licença das autoridades.~~

~~Parágrafo único - Executam-se das proibições deste artigo:~~

~~I - os tímpanos, sinetas ou sirenes dos Veículos de Assistências,~~

~~Corpos de Bombeiros e Policia, quando em serviço;~~

~~II - os apitos das rondas e guardas policiais.~~



## Prefeitura Municipal de Vila Rica

Art.89 - Nas igrejas, conventos e capelas, os sinos não poderão tocar antes das 06 (seis) horas e depois das 22 (vinte e duas) horas, salvo os toques rebates por ocasião de incêndios ou inundações.

Art.90 - É proibido executar qualquer trabalho ou serviço que produza ruído, antes das 07 (sete) horas e depois das 22 (vinte e duas) horas, nas proximidades de hospitais, escolas, asilos e casas residenciais.

Art.91 - As instalações elétricas só poderão funcionar quando tiverem dispositivos capazes de eliminar, ou pelo menos reduzir ao mínimo, as correntes parasitas, diretas ou induzidas, as oscilações de alta frequência, chispas e ruídos prejudiciais à rádio recepção.

Parágrafo único - As máquinas e aparelhos que, a despeito da aplicação de dispositivos especiais, não apresentam diminuição sensíveis de perturbações, não poderão funcionar aos domingos e feriados, nem a partir das 18 (dezoito) horas nos dias úteis.

Art.92 - Na infração de qualquer artigo deste capítulo, será imposta a multa de 05 (cinco) UPF's, sem prejuízo da ação penal cabível.

### CAPÍTULO II DOS DIVERTIMENTOS PÚBLICOS

Art.93 - Divertimentos públicos, para os efeitos deste Código, são os que se realizam nas vias públicas ou em recintos fechados de livre acesso ao público.

Art.94 - Nenhum divertimento público poderá ser realizado sem autorização prévia da Prefeitura.

Parágrafo único - O requerimento de licença para funcionamento de qualquer casa de diversão será instruído com a prova de terem sido satisfeitas as exigências regulamentares referentes à construção e higiene do edifício, e procedida vistoria policial.

Art.95 - Em todas as casas de diversões públicas são observadas as seguintes disposições, além das estabelecidas pelo Código de Obras:

I - tanto as salas de entrada com as de espetáculo serão mantidas rigorosamente limpas;

II- as portas e os corredores para o exterior serão amplos e conservar-se-ão sempre livres de grades, móveis ou quaisquer objetos que possam dificultar a retirada rápida do público em caso d



## Prefeitura Municipal de Vila Rica

emergência,

III - todas as portas de saída encimadas pela inscrição "SAÍDA", visível a distancia e luminosa de forma suave quando se apagarem as luzes da sala, e as portas se abrirão de dentro para fora;

IV- os aparelhos destinados à renovação do ar deverão ser conservados e mantidos em perfeito funcionamento;

V - haverá instalações sanitárias independentes para homens e senhoras;

VI - serão tomadas a precauções necessárias contra incêndios, sendo obrigatória a adoção de extintores em locais visíveis e de fácil acesso;

VII - possuirão bebedouros automáticos de água filtrada em perfeito estado de funcionamento;

VIII - durante os espetáculos deverão as portas conservar-se abertas, vedadas com resposteiros ou cortinas;

IX - deverão possuir material de pulverização de inseticidas;

X - o mobiliário será mantido em perfeito estado de conservação.

Parágrafo único - É proibido aos espectadores, sem distinção de sexo, assistir aos espetáculos de chapéu na cabeça ou fumar no local das sessões.

Art.96 - Nas casas de espetáculos de sessões consecutivas, que não tiverem exautores suficiente, entre a saída e a entrada dos espectadores, deve decorrer lapso de tempo suficiente para efeito da renovação do ar.

Art. 97 - Em todos os teatros, circos ou salas de espetáculos, serão reservados quatro lugares destinados às autoridades policiais e municipais, encarregadas da fiscalização.

Art.98 - Os programas anunciados serão executados integralmente, não podendo os espetáculos iniciar-se em hora diversa da marcada.

Parágrafo 1º - Em caso de modificação do programa ou de horário o empresário devolverá aos espectadores o preço integral da entrada.

Parágrafo 2º - As disposições deste artigo aplicam-se no que couber às competições esportivas para as quais se exija o pagamento de entradas.

Art.99 - Os bilhetes de entrada não poderão ser vendidos por preço superior ao anunciado e em número excede a locação do teatro, circo ou sala de espetáculo.

Art.100 - Não serão fornecidas licenças para realização de jogos



## Prefeitura Municipal de Vila Rica

ou diversões ruidosas em locais compreendidos em área formada por um raio de 100 (cem) metros de hospitais, casas de saúde ou maternidades.

Art.101 - Para funcionamento de teatros, além das demais disposições aplicáveis deste Código, deverá ser observado o seguinte:

I- a parte destinada ao público será inteiramente separada da parte destinada aos artistas, não havendo, entre as duas, mais que indispensáveis comunicações de serviço;

II - a parte destinada aos artistas deverá ter, quando possível, fácil comunicação com vias públicas, de maneira que assegure saída ou entrada franca, sem dependência da parte destinada à permanência do público.

Art.102 - Para funcionamento de cinemas serão ainda observadas as seguintes disposições:

I - os aparelhos de projeção ficarão em cabines de fácil saída, construídos de materiais incombustíveis;

II - no interior das cabines não poderá existir maior número de películas do que as necessárias para as sessões de cada dia e assim deverão estar elas depositadas em recipiente especial, incombustível, hermeticamente fechado, que não seja aberta por mais tempo que o indispensável ao serviço.

Art.103 - A armação de circos de panos ou parques de diversões só poderá ser permitida em certos locais, a juízo da Prefeitura.

Parágrafo 1º - A autorização de funcionamento dos estabelecimentos de que trata este artigo, não poderá ser por prazo superior a 15 (quinze) dias, renovável por uma vez.

Parágrafo 2º - Ao conceder a autorização, poderá a Prefeitura estabelecer as restrições que julga conveniente, no sentido de assegurar a ordem e a moralidade dos divertimentos e o sossego da vizinhança.

Parágrafo 3º - O seu juízo poderá a Prefeitura não renovar a autorização de um circo ou parque de diversões, ou obrigá-los a novas restrições para conceder-lhes a renovação pedida.

Parágrafo 4º - Os circos e parques de diversões, embora autorizados, só poderão ser franqueados ao público depois de vistoriados em todas as suas instalações, pelas autoridades da Prefeitura.

Art.104 - Para permitir armação de circos ou barracas em logradouros públicos, poderá a Prefeitura exigir, se julgar



## Prefeitura Municipal de Vila Rica

necessário ou conveniente, um depósito até no máximo de 50 (cinquenta) UPF's, como garantia de despesas com a eventual limpeza e recomposição do logradouro.

Parágrafo único - O depósito será restituído integralmente se não houver necessidade de limpeza especial ou reparos, e, em caso contrário, serão deduzidos dos mesmos as despesas feitas com tal serviço.

Art.105 - Na localização de "dancings", ou estabelecimentos de diversões noturnas, a Prefeitura terá sempre em vista o sossego da população.

Art.106 - Os espetáculos, bailes ou festas de caráter público, dependem, para realizar-se, de prévia licença da Prefeitura.

Parágrafo único - Excetuam-se das disposições deste artigo as reuniões de qualquer natureza, sem convites ou entradas pagas, levadas a efeito por clubes ou entidades de classe, em sua sede, ou realizadas em residências particulares.

Art.107 - é expressamente proibido, durante os festejos carnavalescos, apresentar-se com fantasias indecorosas, ou atirar água ou outra substância que possa molestar os transeuntes.

Parágrafo único - Fora do período destinado aos festejos carnavalescos, a ninguém é permitido apresentar-se mascarado ou fantasiado nas vias públicas, salvo com licença especial das autoridades.

Art.108 - Na infração de qualquer artigo deste capítulo, será imposta a multa de 05 (cinco) UPF's.

### CAPÍTULO III DOS LOCAIS DE CULTO

Art.109 - As igrejas, os templos e as casa de culto, são locais tidos e havidos por sagrados e, por isso, devem ser respeitados, sendo proibido pichar suas paredes e muros, ou neles colocar cartazes.

Art.110 - Nas igrejas, templos ou casas de culto, os locais freqüentados ou franqueados ao público, deverão ser conservados limpos, iluminados e arejados.

Art.111 - As igrejas, templos ou casas de culto, não poderão contar maior número de assistentes, a qualquer de seus ofícios, do que a lotação comportada por suas instalações.



## Prefeitura Municipal de Vila Rica

Art.112 - Na infração de qualquer artigo deste capítulo, será imposta a multa de 05 (cinco) UPF's.

### CAPÍTULO IV DO TRASNSITO PÚBLICO

Art.113 - O trânsito, de acordo com as leis vigentes, é livre, e sua regulamentação tem por objetivo manter a ordem, a segurança e o bem estar dos transeuntes e da população em geral.

Art.114 - É proibido embarçar ou impedir, por qualquer meio, o livre trânsito de pedestres ou veículos nas ruas, praças, passeios, estradas e caminhos públicos, exceto para efeito de obras públicas ou quando exigências policiais o determinarem.

Parágrafo único - Sempre que houver necessidade de interromper o trânsito, deverá ser colocada a sinalização claramente visível de dia, e luminosa à noite.

Art.115 - Compreende-se na proibição do artigo anterior o depósito de quaisquer materiais, inclusive construção, nas vias públicas em geral

Parágrafo 1º - Tratando-se de materiais cuja descarga não possa ser feita diariamente o interior dos prédios, será tolerada a descarga e permanência na via pública, com o mínimo prejuízo ao trânsito, por tempo não superior a 03 (três) horas.

Parágrafo 2º. - Nos casos previstos no parágrafo anterior, os responsáveis pelos materiais depositados na via pública deverão advertir os veículos, à distância conveniente dos prejuízos causados ao livre trânsito.

Art. 116 - É expressamente proibido nas ruas da cidade, vilas e povoados:

- I - conduzir animais ou veículos em disparada;
- II - conduzir animais bravios sem a devida precaução;
- III - conduzir carros de bois sem guieiros;
- IV - atirar à via pública ou logradouros, corpos ou detritos que possam incomodar os transeuntes.

Art.117 - É expressamente proibido danificar ou retirar sinais colocados nas vias, estradas ou caminhos públicos, para advertência de perigo ou de impedimento de trânsito.

Parágrafo único - Não será permitida a passagem ou estacionamento de tropas ou rebanhos na cidade, exceto em



## Prefeitura Municipal de Vila Rica

logradouros para isso designados e nos horários designados pelo Poder Executivo.

Art.118 - Assiste à Prefeitura o direito de impedir o trânsito, de qualquer veículo ou meio de transporte que possa ocasionar danos à via pública.

Art.119 - É proibido embarçar o trânsito ou molestar os pedestres por tais meios como:

- I - conduzir, pelos passeios, volumes de grande porte;
- II- conduzir, pelos passeios, veículos de qualquer espécie;
- III - patinar, a não ser nos logradouros a isso destinados;
- IV- amarrar animais em postes, árvores, grades ou portas;
- V - conduzir ou conservar animais sobre os passeios ou jardins.

Parágrafo único - Excetuam-se o disposto no item II, deste artigo, carrinhos de crianças ou de deficientes e, em ruas de pequeno movimento, triciclos e bicicletas de uso infantil.

Art.120 - Na infração de qualquer artigo deste capítulo, quando não prevista pena no Código Nacional de Trânsito, será imposta a multa de 07 (sete) UPF's.

### CAPÍTULO V DAS MEDIDAS REFERENTES AOS ANIMAIS

Art.121 - É proibida a permanência de animais nas vias públicas.

Art. 122 - Os animais soltos encontrados nas ruas, praças, estradas ou caminhos públicos, serão recolhidos ao depósito da municipalidade.

Art.123 - O animal recolhido em virtude do disposto neste capítulo será retirado dentro do prazo de 03 (três) dias, mediante o pagamento de multa e da taxa de manutenção respectiva.

[i1] Comentário: NR lei 234/1994

Parágrafo único - Não sendo retirado o animal nesse prazo, deverá a Prefeitura efetuar a sua venda em hasta pública.

Art.124 - é proibida a criação ou engorda de porcos no perímetro urbano da sede municipal, bem como na sede dos Distritos de povoados.

Art.125 - Nas cidades, vilas ou povoados do Município, é permitida a manutenção dos estábulos e cocheiras, mediante licença e fiscalização da Prefeitura, que indicará o local onde podem ser instalados.

Art. 126 - Os cães que forem encontrados nas vias públicas da



## Prefeitura Municipal de Vila Rica

cidade e vilas serão apreendidos e recolhidos no depósito da Prefeitura.

Parágrafo 1º - O animal não registrado será sacrificado ou levado a instituições de pesquisa, se não for retirado por seu dono, dentro de 03 (três) dias, mediante o pagamento de multa e taxa de manutenção respectiva.

[i2] Comentário: NR Lei 234/1994

Parágrafo 2º - Os proprietários de cães registrados serão notificados, devendo retirá-los em idêntico prazo, sem que seja igualmente sacrificado.

Parágrafo 3º - Quando tratar de animal de raça poderá a Prefeitura, a seu critério, agir de conformidade com o que estipula o parágrafo único do artigo 123 deste Código.

Art.127 - Haverá na Prefeitura, registro de cães, que será feito anualmente, mediante o pagamento de taxa respectiva.

Art. 128 - Os proprietários de cães são obrigados a vaciná-los contra a raiva, na época determinada pela Prefeitura.

Art.129 - Os cães hidrófobos ou atacado de moléstia transmissível, encontrados nas vias públicas ou recolhidos nas residências de seus proprietários serão imediatamente sacrificados e incinerados.

Art.130 - é expressamente proibido:

- I - criar abelhas nos locais de maior concentração urbana;
- II - criar pequenos animais (coelhos, perus, patos, galinhas, etc.), nos porões e no interior das habitações;
- III - criar pombos nos forros das residências.

Art. 131 - É expressamente proibido a qualquer pessoa, maltratar os animais ou praticar atos de crueldade contra os mesmos, tais como:

- I - transportar, nos veículos de traço animal, carga ou passageiros de peso superior as suas forças;
- II - montar animais que já tenham a carga permitida;
- III - fazer trabalhar animais doentes, feridos, extenuados, aleijados, enfraquecidos ou extremamente magros;
- IV - martirizar animais para deles alcançar esforços excessivos;
- V - abandonar, em qualquer ponto, animais doentes, extenuados, enfraquecidos ou feridos;
- VI - amontoar animais em depósitos insuficientes ou sem água, ar, luz e alimentos;
- VII - usar de instrumentos diferentes do chicote leve, para estímulo e correção de animais;



## Prefeitura Municipal de Vila Rica

VIII - usar arreios sobre partes feridas, contusões ou chagas do animal;

IX - praticar todo e qualquer ato, mesmo não especificado neste Código, que acarretar violência e sofrimento para o animal.

Art. 132 - Na infração de qualquer artigo deste capítulo, será imposta a multa de 10 (dez) UPF's.

Parágrafo único - Qualquer do povo poderá autuar os infratores, devendo o auto respectivo, que será assinado por duas testemunhas, se enviado à Prefeitura para fins de direito.

### CAPÍTULO VIU

#### DA EXTINÇÃO DE INSETOS NOCIVOS

Art.133 - Todo proprietário de terreno, cultivado ou não dentro dos limites do Município, é obrigado a extinguir os formigueiros existentes dentro de suas propriedades.

Art.134 - Verificada, pelos fiscais da Prefeitura, a existência de formigueiros, será feita intimação ao proprietário do terreno onde o mesmo estiver localizado, marcando-se o prazo de 10 (dez) dias para se proceder o extermínio.

Art.135 - Se, no prazo fixado, não for extinto o formigueiro, a Prefeitura incumbir-se-á de fazê-lo, cobrando do proprietário as despesas que efetuar, acrescidas de 20X (vinte por cento) pelo trabalho de administração, além da multa de 05 (cinco) UPF's.

### CAPÍTULO VII

#### DO EMPACHAMENTO DAS VIAS PÚBLICAS

Art.136 - Nenhuma obra, inclusive demolição, quando feita no alinhamento das vias públicas, poderá dispensar o tapume provisório, que deverá ocupar uma faixa de largura, no máximo de 2/3 (dois terços) do passeio, salvo em casos especiais, a juízo da Prefeitura.

Parágrafo 1º - Quando os tapumes forem construídos em esquinas, as placas de nomenclaturas dos logradouros serão neles afixados de forma bem visível.

Parágrafo 2º - Dispensa-se o tapume quando se tratar de:

I- construção ou e reparos de muros ou grades com altura não superior a 03 (três) metros;

II - pinturas ou pequenos reparos.

Art.137 - Os andaimes deverão satisfazer o seguinte:

I- apresentarem perfeitas condições de segurança;

II - terem a largura do passeio, até o máximo de 02 (dois) metros;

III - não causarem danos às árvores, aparelhos de iluminação



## Prefeitura Municipal de Vila Rica

e redes telefônicas e de distribuição de energia elétrica.

Parágrafo único - O andaime deverá ser retirado quando ocorrer a paralisação da obra por mais de 60 (sessenta) dias.

Art. 138 - Poderão ser armados coretos ou palanques provisórios nos logradouros públicos, para festividades religiosas, cívicas ou de caráter popular, desde que sejam observadas as seguintes condições:

I- serem aprovados pela Prefeitura, quanto à localização;

II - não perturbarem o trânsito público;

III - não prejudicarem o calçamento nem o escoamento das águas pluviais, correndo por conta dos responsáveis pelas festividades, os estragos por acaso verificados;

IV - serem removidos no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do encerramento dos festejos.

Parágrafo único - Uma vez findo o prazo estabelecido no item IV, a Prefeitura promoverá a remoção do coreto ou palanque, cobrando ao responsável as despesas da remoção dando ao material removido o destino que entender.

Art.139 - Nenhum material poderá permanecer nos logradouros públicos, exceto nos casos previstos no parágrafo 1º do artigo 115 deste Código.

Art.140 - O ajardinamento e a arborização das praças e vias públicas serão atribuições exclusivas da Prefeitura.

Parágrafo único - Nos logradouros abertos por particulares com licença da Prefeitura, é facultado aos interessados promover e custear a respectiva arborização.

Art.141 - é proibido podar, cortar, derrubar ou sacrificar as árvores da arborização pública, sem autorização expressa da Prefeitura.

Art. 142 - Nas árvores dos logradouros públicos, não será permitida a colocação de cartazes e anúncios, nem a fixação de cabo ou fios, sem autorização da Prefeitura.

Art.143 - Os postes telegráficos, telefônicos, de iluminação e força, as caixas postais, os avisadores de incêndio e de polícia, e as balanças para passagem de veículos, poderão ser colocados nos logradouros públicos mediante autorização da Prefeitura, que indicará as posições convenientes e as condições das respectivas instalações.

Art. 144 - As colunas ou suportes de anúncios, as caixas coletoras e lixo, os bancos e os abrigos de logradouros públicos somente poderão ser instalados mediante licença prévia da



## Prefeitura Municipal de Vila Rica

Prefeitura.

Art. 145 - As bancas para venda de jornais e revista poderão ser permitidas nos logradouros públicos, desde que satisfaçam as seguintes condições:

- I- terem sua localização aprovada pela Prefeitura;
- II - apresentarem bom aspecto quanto à sua manutenção;
- III - não perturbar o trânsito público;
- IV- serem de fácil remoção.

Art. 146 - Os estabelecimentos comerciais poderão ocupar, com mesas e cadeiras, parte do passeio correspondente à testada do edifício, desde que fique para o trânsito público, uma faixa do passeio, no mínimo com 02 (dois) metros de largura.

Art.147 - Os relógios, estátuas, fontes e quaisquer monumentos, somente poderão ser colocados nos logradouros públicos se comprovado o seu valor artístico ou cívico, a juízo da Prefeitura.

Parágrafo único - Dependerá ainda de aprovação, o local escolhido para fixação dos monumentos.

Art.148 - Na infração de qualquer artigo deste capítulo, será imposta a multa de 07 (sete) UPF's.

### CAPÍTULO VIII DOS INFLAMÁVEIS E EXPLOSIVOS

Art.149 - No interesse público, a Prefeitura fiscalizará a fabricação, o transporte e emprego de inflamáveis e explosivos.

Art. 150 - São considerados inflamáveis:

- I - fósforo e materiais fosforados;
- II- gasolina e demais derivados de petróleo;
- III - éteres, álcoois, aguardentes e óleos em geral;
- IV- carbureto, alcatrão e matérias betuminosas líquidas;
- V - toda e qualquer substância cujo ponto de inflamabilidade seja 135° (cento e trinta graus centígrados).

Art. 151 - Consideram-se explosivos:

- I - fogos de artifícios;
- II- nitroglicerina, seus compostos e derivados;
- III- pólvora e algodão-pólvora;
- IV- espoletas e estopins;
- V - fulminatos, clorato forminatos e congêneres;
- VI- cartuchos de guerra, caça e minas.

Art.152 - é absolutamente proibido:



## Prefeitura Municipal de Vila Rica

I - fabricar explosivos sem licença especial e em local não determinado pela Prefeitura;

II - depositar ou conservar nas vias públicas, mesmo provisoriamente, inflamáveis ou explosivos;

III - manter depósito de substâncias inflamáveis ou explosivos legais, sem a fiscalização e autorização da Prefeitura.

IV

Parágrafo 1º - Aos varejistas é permitido conservar em cômodos apropriados, em seus armazéns ou lojas, a quantidade fixada pela Prefeitura, na respectiva licença, de material inflamável ou explosivo, que não ultrapassar a venda provável de 20 (vinte) dias.

Parágrafo 2º - Os fogueteiros e exploradores de pedreiras poderão manter depósito de explosivos correspondente ao consumo de 30 (trinta) dias, desde que os depósitos estejam localizados a uma distância mínima de 250 (duzentos e cinquenta) metros da habitação mais próxima e a 150 (cento e cinquenta) metros das ruas ou estradas, se a distância a que se refere este parágrafo forem sob fiscalização do Município.

Art.153 - Os depósitos de explosivos e inflamáveis só serão construídos em locais designados, na zona rural, e com licença da Prefeitura.

Parágrafo 1º - Os depósitos serão dotados de instalações para combate ao fogo e de extintores de incêndio portáteis, em quantidade e disposições convenientes.

Parágrafo 2º - Todas as dependências e anexos dos depósitos de explosivos ou inflamáveis serão construídos de material incombustível, admitindo-se o emprego de outro material apenas nos caibros, ripas e esquadrias.

Art.154 - Não será permitido o transporte de explosivos ou inflamáveis sem as precauções devidas.

Parágrafo 1º - Não poderão ser transportados, simultaneamente, no mesmo veículo, explosivos e inflamáveis.

Parágrafo 2º - Os veículos que transportarem explosivos ou inflamáveis não poderão conduzir outras pessoas além dos motoristas e dos ajudantes.

Art.155 - É expressamente proibido:

I - queimar fogos de artifícios, bombas, busca-pés, morteiros e outros fogos perigosos, nos logradouros públicos, ou em janelas e



## Prefeitura Municipal de Vila Rica

portas que deitarem para os mesmos logradouros;

II - soltar balões em toda a extensão do Município;

III - fazer fogueiras nos logradouros públicos, sem prévia autorização da Prefeitura;

IV - utilizar, sem justo motivo, armas de fogo dentro do perímetro urbano do Município;

V - fazer fogos ou armadilhas com armas de fogo, sem colocação de sinal visível para advertir aos passantes ou transeuntes.

Parágrafo 1º - A proibição de que trata os itens I, e III, poderá ser suspensa mediante licença da Prefeitura, em dias de regozijo público ou festividades religiosas de caráter tradicional.

Parágrafo 2º - Os casos previstos no parágrafo 1º serão regulamentados pelo Poder Executivo, que poderá inclusive estabelecer, para cada caso, as exigências que julgar necessárias ao interesse da segurança pública, mediante Decreto.

Art.156 - A instalação de postos de abastecimento de veículos, bombas de gasolina e depósitos de outros inflamatórios, fica sujeita à licença especial da Prefeitura.

Parágrafo 1º - A Prefeitura poderá negar a licença se reconhecer que a instalação do depósito ou de bomba irá prejudicar de algum modo, a segurança pública.

Parágrafo 2º - A Prefeitura poderá estabelecer, para cada caso, as exigências que julgar necessária ao interesse da segurança.

Art.157 - Na infração de qualquer artigo deste capítulo, será imposta a multa 07 (sete) UPF's.

### CAPÍTULO IX

#### DAS QUEIMADAS E DOS CORTES DE ARVORES E PASTAGENS

Art.158 - A Prefeitura colaborará com o Estado e a União para evitar a devastação das florestas e estimular a plantação de árvores.

Art.159 - Para evitar a propagação de incêndios, observar-se-ão, nas queimadas, as medidas preventivas necessárias.

Art.160 - A ninguém é permitido atear fogo em roçadas, palhadas ou matos, que limitem com terras de outrem, sem tomar as seguintes precauções:

I - preparar aceiros de no mínimo 07 (sete) metros de largura;

II - mandar avisar aos confinantes ou confrontantes com antecedência mínima de 12 (doze) horas, marcando dia, hora e lugar



## Prefeitura Municipal de Vila Rica

para lançamento do fogo.

Art.161 - A ninguém é permitido atear fogos em matas, capoeiras, lavouras ou- campos alheios.

Parágrafo único - Salvo acordo entre os interessados, é proibido queimar campos de criação em comum.

Art.162 - A derrubada de mata, ou qualquer tipo de desmatamento, além da licença concedida pelo IBDF - Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, dependerá de licença da Prefeitura.

Parágrafo 1º - A Prefeitura só concederá licença, quando o terreno se destinar à construção ou plantio pelo proprietário, seus meeiros ou arrendatários, devidamente comprovado.

Parágrafo 2º - A licença será negada se a mata for considerada de utilidade pública.

Art.163 - Fica proibida a formação de pastagem na zona urbana do Município.

Art.164 - Na infração de qualquer artigo deste capítulo, será imposta a multa de 07 (sete) UPF's.

### CAPÍTULO X DA EXPLORAÇÃO DE PEDREIRAS, CASCALHEIRAS, OLARIAS E DEPÓSITOS DE AREIA E SAIBRO

Art.165 - A exploração de pedreiras, cascalheiras, olarias e depósitos de areia e saibro, depende de licença da Prefeitura, que somente a concederá, observados os preceitos deste Código, e da Legislação Federal pertinente.

Art.166 - A licença será processada mediante apresentação de requerimento assinado pelo proprietário do solo ou pelo explorador e instruído de acordo com este artigo.

Parágrafo 1º - Do requerimento deverão constar as seguintes indicações:

- a - nome e residência do proprietário do terreno;
- b - nome e residência do explorador, se este não for o proprietário;
- c - localização precisa da entrada do terreno;
- d - declaração do processo de exploração e da qualidade



## Prefeitura Municipal de Vila Rica

de explosivo a ser empregado se for o caso.

Parágrafo 2º - O requerimento de licença deverá ser instruído com os seguintes documentos:

- a - prova de propriedade do terreno;
- b - autorização para exploração, passada pelo proprietário em cartório, no caso de não ser ele o explorador;
- c - planta da situação, com indicação do relevo do solo por meio de curvas de nível, contendo a delimitação exata da área a ser explorada com a localização das respectivas instalações e indicando as construções, logradouros., os mananciais e cursos de água situados em toda a faixa de largura de 100 (cem) metros, em torno da área a ser explorada;
- d - perfis do terreno em 03 (três) vias.

Parágrafo 3º - No caso de se tratar de exploração de pequeno porte poderão ser dispensados a critério da Prefeitura, os documentos indicados nas alíneas C e D do parágrafo anterior.

Art.167 - As licenças para exploração serão sempre por prazos fixos.

Parágrafo único - Será interdita a pedreira ou parte da pedreira, embora licenciada, e explorada de acordo com este Código, desde que posteriormente se verifique que a sua exploração acarreta perigo ou dano à vida ou à propriedade.

Art.168 - Ao conceder as licenças, a Prefeitura poderá fazer as restrições que julgar convenientes.

Art.169 - Os pedidos de prorrogação de licença para a continuação da exploração serão feitos por meio de requerimentos e instruídos com o documento de licença anteriormente concedida.

Art.170 - O desmonte das pedreiras pode ser feito a frio ou a fogo.

Art.171 - Não será permitida a exploração de pedreiras na zona urbana do Município.

Art.172 - A exploração de pedreiras a fogo fica sujeita às seguintes condições:

- I - declaração expressa da qualidade do explosivo a ser empregado;
- II - intervalo mínimo de 30 (trinta) minutos entre cada série de explosões;
- III - içamento, antes da explosão, de uma bandeira à altura conveniente para ser vista à distância;
- IV - toque por três vezes, com intervalo de dois minutos de



## Prefeitura Municipal de Vila Rica

uma sineta e o aviso em brado prolongado, dando sinal de fogo.

Art.173 - A instalação de olarias nas zonas urbanas e expansão urbana do Município deve obedecer as seguintes prescrições:

I - as chaminés serão construídas de modo a não incomodar os moradores vizinhos, pela fumaça de emanações nocivas;

II - quando as escavações facilitarem a formação de depósitos de águas, será o explorador obrigado a fazer o devido escoamento ou aterrar as cavidades à medida que for retirado o barro.

Art.174 - A Prefeitura poderá a qualquer tempo determinar a execução de obras no recinto da exploração de pedreiras ou cascalheiras com intuito de proteger propriedades particulares ou públicas, ou evitar a obstrução das galerias de água.

Art.175 - É proibida a extração de areia em todos os cursos de água do Município:

I - a jusante do local em que recebem contribuições de esgotos;

II - quando modifiquem o leito ou as margens dos mesmos;

III - quando possibilitem a formação de locais ou causem por qualquer forma a estagnação das águas;

IV - quando de algum modo possam oferecer perigo a pontes, muralhas ou qualquer obra de arte construída nas margens ou sobre os leitos dos rios.

Art 176 - Na infração de qualquer artigo deste capítulo, será imposta a multa de 07 (sete) UPF's.

### CAPÍTULO XI

#### DOS MUROS E CERCAS

Art.177 - Os terrenos não construídos, com frente para logradouros públicos, serão obrigatoriamente dotados de passeio em toda extensão da testada e fechados no alinhamento existente ou projetado, exigência extensiva aos terrenos com edificação.

Parágrafo 1º - As exigências do presente artigo são extensivas aos lotes situados em ruas dotadas de guias e sarjetas.

Parágrafo 2º - Compete ao proprietário do imóvel a construção e conservação dos muros e passeios, assim como do gramado dos passeios ajardinados.

Parágrafo 3º - O proprietário do imóvel que não cumprir o disposto no parágrafo anterior, será notificado pela Prefeitura, para no prazo máximo de 30 (trinta) dias satisfazer as exigências legais.

Parágrafo 4º - Decorrido o prazo legal concedido, sem nenhuma



## Prefeitura Municipal de Vila Rica

providência por parte do proprietário, a Prefeitura executará as obras e cobrará do mesmo o seu custo total, acrescido das multas previstas no artigo 181 deste Código.

Art.178 - Serão comuns os muros e cercas divisórias entre propriedades urbanas e rurais, devendo os proprietários dos imóveis confinantes ou confrontantes concorrer em parte iguais para as despesas de sua construção.

Art.179 - Os muros na zona central e na zona especial de residência, quando constituírem fechos de terrenos não edificados, terão a altura mínima de 1,80 (um metro e oitenta centímetros) e máxima de 2,50 (dois metros e cinquenta centímetros).

Art.180 - Ficará a cargo da Prefeitura a reconstrução ou conserto de muros e passeios afetados por alterações do nivelamento e das guias ou por estragos ocasionados pela arborização das vias públicas.

Parágrafo único - Competirá também à Prefeitura, o conserto necessário decorrente de modificações do alinhamento das guias e das ruas.

Art.181 - Ao serem intimados pela Prefeitura a executar o fechamento de terrenos, construção de passeios ou outras obras necessárias, os proprietários que não atenderem à intimação, ficarão sujeitos, além do pagamento do custo integral da obra, à multa de 03 (três) UPF's, para fazer face ao custo da administração da obra executada pela Prefeitura Municipal.

Art.182 - A Prefeitura deverá exigir do proprietário do terreno, edificado ou não, a construção de sarjetas ou drenos, para desvios de águas pluviais de infiltrações que causem prejuízos ou danos ao logradouro público ou aos proprietários vizinhos.

Art.183 - Os terrenos rurais, salvo acordo expresso entre os proprietários, serão fechados com:

I - cercas de arame farpado ou liso com 03 (três) fios no mínimo, e 1,40 (um metro e quarenta centímetros) de altura;

II - cercas vivas, de espécies vegetais adequadas e resistentes;

III - telas de fios metálicos com altura mínima de 1,50 (um metro e cinquenta centímetros).

Art 184 - Na infração de qualquer artigo deste capítulo, será imposta a multa de 07 (sete) UPF's, e a todo aquele que:

I - fizer cercas ou muros em desacordo com as normas fixadas neste Capítulo;

II - Danificar, por qualquer motivo ou meio, cercas



## Prefeitura Municipal de Vila Rica

existentes, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que no caso couber.

### CAPÍTULO XII DOS ANÚNCIOS E CARTAZES

Art.185 - A exploração dos meios de publicidade nas vias e logradouros públicos, bem como nos lugares de acesso comum, depende de licença da Prefeitura, sujeitando o contribuinte ao pagamento da taxa respectiva.

Parágrafo 1º - Incluem-se na obrigatoriedade deste artigo, todos os cartazes, letreiros, programas, painéis, emblemas, placas, avisos, anúncios e mostruários, luminosos ou não, feitos por qualquer modo, processo ou engenho, suspensos, distribuídos, afixados ou pintados em paredes, muros, tapumes, veículos ou calçadas.

Parágrafo 2º - Incluem-se ainda na obrigatoriedade deste artigo, os anúncios que, embora apostos em terrenos de domínio forem visíveis dos lugares públicos.

Art. 186 - A propaganda falada em lugares públicos, por meio de ampliadores de voz, alto-falante e propagandistas, assim como feitas por meio de cinemas ambulantes, ainda que muda, está igualmente sujeita à prévia licença e ao pagamento da taxa respectiva.

Art. 187 - Não será permitida a colocação de anúncios ou cartazes quando:

I- pela natureza provoquem aglomerações prejudiciais ao trânsito público;

II - de alguma forma, prejudiquem os aspectos paisagísticos da cidade, seus panoramas naturais, monumentos típicos históricos e seus tradicionais;

III- sejam ofensivas à moral ou contenham dizeres desfavoráveis a indivíduos, crenças e instituições;

IV - obstruam, interceptem ou reduzem o vão das portas e janelas e respectivas bandeiras;

V- contenham incorreções de linguagem;

VI - façam uso da palavra em língua estrangeira, salvo aquelas que, por insuficiência de nosso léxico, a ele se haja incorporados;

VII - pelo "seu número ou má distribuição, prejudiquem o aspecto das fachadas.

Art. 188 - Os pedidos de licença para publicidade ou propaganda por meio de cartazes ou anúncios deverão mencionar:

I- a indicação dos locais em que serão colocados ou distribuídos os cartazes e anúncios;

[i3] Comentário: Redação lei 612/2006



## Prefeitura Municipal de Vila Rica

- II- a natureza do material de confecção;
- III- as dimensões;
- IV - as inscrições e o texto;
- V - as cores empregadas.

Art. 189 - Tratando-se de anúncios luminosos, os pedidos deverão ainda indicar o sistema de iluminação a ser dotado.

Art. 190 - Os anúncios luminosos deverão ser colocados a uma altura mínima de 2,50 (dois metros e cinquenta centímetros) do passeio.

Art. 191 - Os panfletos ou anúncios destinados a serem lançados ou distribuídos nas vias públicas ou logradouros, não poderão ter dimensões menores de 0,10 (dez) centímetros por 0,15 (quinze) centímetros, nem maiores de 0,30 (trinta) centímetros por 0,45 (quarenta e cinco) centímetros.

Art. 192 - Os anúncios e letreiros deverão ser conservados em boas condições, renovados ou consertados, sempre que tais providencias sejam necessárias para o seu bom aspecto e segurança.

Parágrafo único - Desde que não haja modificação de dizeres ou de localização, os consertos ou reparações de anúncios e letreiros dependerão apenas de comunicação escrita à Prefeitura.

Art. 193 - Os anúncios encontrados sem que os responsáveis tenham satisfeito as formalidades deste capítulo, poderão ser apreendidos e retirados pela Prefeitura, até a satisfação daquelas formalidades, além do pagamento da multa prevista nesta Lei.

Art. 194 - Na infração de qualquer artigo deste capítulo, será imposta a multa de 05 (cinco) UPF\*s.

### TÍTULO IV

#### DO FUNCIONAMENTO DO COMÉRCIO E DA INDÚSTRIA

#### CAPÍTULO I

#### DO LICENCIAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS, COMERCIAIS E PRESTADORES DE SERVIÇOS

#### SEÇÃO I

#### DAS INDÚSTRIAS E DO COMÉRCIO LOCALIZADO

Art.195 - Nenhum estabelecimento comercial ou industrial, poderá funcionar sem prévia licença da Prefeitura, a qual só poderá ou será concedida se observadas as disposições deste Código e as demais normas legais e regulamentares pertinentes.

Parágrafo único - O requerimento deverá especificar com clareza:  
I- o ramo do comércio ou da indústria, ou do tipo de serviço a



## Prefeitura Municipal de Vila Rica

ser prestado;

- II - o local em que o requerente exercer sua atividade.

Art.196 - Não será concedida licença, dentro do perímetro urbano, aos estabelecimentos industriais, que pela natureza dos produtos, pelas matérias-primas utilizadas, pelos combustíveis empregados, ou por qualquer outro motivo possam prejudicar a saúde pública.

Art. 197 - A licença para o funcionamento de açougues, padarias, confeitarias, leiterias, cafés, bares, restaurantes, hotéis, pensões e outros estabelecimentos congêneres, será sempre precedida de exame do local e de aprovação da autoridade sanitária competente.

Art. 198 - Para ser concedida licença de funcionamento pela Prefeitura, o prédio e as instalações de todo e qualquer estabelecimento comercial, industrial ou prestador de serviços deverão ser previamente vistoriados pelos órgãos competentes, em particular no que diz respeito às condições de higiene e segurança, qualquer que seja o ramo de atividade a que se destina.

Parágrafo 1º - O Alvará de Licença só poderá ser concedido após informações, pelos órgãos competentes da Prefeitura, de que o estabelecimento atende as exigências estabelecidas neste Código.

Parágrafo 2º - Serão tomadas as precauções necessárias com relação a prevenção de incêndios, sendo obrigatório a adoção de extintores adequados a cada estabelecimento, em local visível e de fácil acesso.

Art. 199 - Para efeito de fiscalização, o proprietário do estabelecimento licenciado colocará o Alvará de localização em lugar visível e o exibirá à autoridade competente sempre que esta o exigir.

Art. 200 - Para mudança de local de estabelecimento comercial, industrial ou prestador de serviços, deverá ser solicitada a necessária permissão à Prefeitura, que verificará se o novo local é ou satisfaz as condições exigidas.

Art 201 - A licença de localização poderá ser cassada:

- I - quando se tratar de negócio diferente do requerido;
- II - como medida preventiva, além da higiene, da moral ou sossego e segurança pública;
- III - se o licenciado se negar a exibir o Alvará de Localização à autoridade competente, quando solicitado a fazê-lo;
- IV - por solicitação da autoridade competente, provados motivos que fundamentem a solicitação.



## Prefeitura Municipal de Vila Rica

Parágrafo 1º - Cassada a licença, o estabelecimento será imediatamente fechado.

Parágrafo 2º - Poderá ser igualmente fechado todo o estabelecimento que exercer atividades sem a necessária licença expedida em conformidade com o que preceitua esta seção.

### SEÇÃO II DO COMÉRCIO AMBULANTE

Art.201 - O exercício do comércio ambulante dependerá sempre de licença especial da Prefeitura, mediante requerimento do interessado.

Parágrafo único - A licença a que se refere o presente artigo será concedida em conformidade com as prescrições deste Código e da Legislação Fiscal do Município.

Art. 203 - Da licença concedida deverão constar os seguintes elementos, além de outros que forem estabelecidos:

I - número de inscrição;

II- residência do comerciante ou responsável;

III - nome, razão social ou denominação sob cuja responsabilidade funciona o comércio ambulante.

Parágrafo 1º - O vendedor ambulante não licenciado para o exercício ou período em que esteja desempenhando atividade, ficará sujeito a multa e se reincidente, á apreensão da mercadoria.

Parágrafo 2º - A devolução das mercadorias apreendidas só será efetuada depois de ser concedida a licença ao respectivo vendedor ambulante e de paga, pelo menos, a multa a que estiver sujeito, e caso não sejam pagas no prazo previsto na legislação fiscal do Município, as mesmas serão levadas à hasta pública.

Art.204 - A licença será renovada anualmente, por solicitação do interessado.

Art. 205 - Ao vendedor ambulante é vedado:

I - o comércio de qualquer mercadoria ou objeto não mencionado na licença;

II- estacionar nas vias públicas e outros logradouros, fora dos locais previamente determinados pela Prefeitura;

III - impedir ou dificultar o trânsito nas vias públicas ou outros logradouros;

IV- transitar pelos passeios conduzindo cestos ou outros volumes grandes.

Parágrafo único - No caso do inciso I, além da multa, caberá a apreensão da mercadoria ou objeto.



## Prefeitura Municipal de Vila Rica

Art. 206 - Na infração de qualquer artigo desta seção, será imposta a multa de 05 (cinco) UPF's e a apreensão da mercadoria, quando for o caso.

### CAPÍTULO II DO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO

Art.207 - A abertura e fechamento dos estabelecimentos industriais, comerciais e de crédito, obedecerão aos horários estipulados neste Capítulo, observadas as normas da Legislação Federal do Trabalho que regula a duração e condições.

Art. 208 - Os estabelecimentos comerciais obedecerão ao horário de funcionamento das 08:00 (oito) às 18:00 (dezoito) horas, nos dias úteis\*, e aos sábados, das 08:00 (oito) às 12:00 (doze) horas, salvo as exceções desta Lei e feriados nacionais e municipais.

Parágrafo 1º - Aos mesmos horários estão sujeitos os escritórios comerciais em geral, as seções de venda dos estabelecimentos industriais, depósitos e demais atividades em caráter de estabelecimento que tenham fins comerciais.

Parágrafo 2º - Poderão funcionar mediante prévia autorização do Prefeito Municipal até 22:00 (vinte e duas) horas e nos sábados até às 18:00 (dezoito) horas, os estabelecimentos comerciais de maior utilidade pública, assim definidos pela municipalidade.

Art. 209 - Para a indústria, de modo geral, o horário é livre.

Art. 210 - Estão sujeitos a horários especiais:

I- de 0:00 (zero) hora às 24:00 (vinte e quatro) horas nos dias úteis, domingos e feriados:

a) postos de gasolina(horário estipulado pelo CNP - Conselho Nacional do Petróleo) ou outra autoridade competente;

b) hotéis e similares;

c) hospitais e similares.

II- de 06:00 (seis) horas às 22:00 (vinte e duas) horas:  
padarias;

a) III - de 07:00 (sete) horas às 19:00 (dezenove) horas:

a) supermercados;

b) mercearias;

c) lojas de artesanato.

IV - funcionamento livre: a)restaurantes, sorveterias, confeitarias, bares, cafés e similares;

b) cinema e teatros;

c) bancas de revistas;

d) boates e casas de diversão pública.



## Prefeitura Municipal de Vila Rica

V - nos sábados, até às 18:00 (dezoito) horas:

- a) salões de beleza;
- b) barbearias.

VI - das 05:00 (cinco) horas às 22:00 (vinte e duas) horas:

- a) farmácias.

Parágrafo 1º - As farmácias, quando fechadas, em caso de urgência, poderão atender ao público a qualquer hora do dia ou da noite.

Parágrafo 2º - Aos sábados, domingos e feriados, funcionarão normalmente as farmácias que estiverem de plantão, obedecida a escala organizada pela Prefeitura, devendo as demais afixar à porta, uma placa com indicação das plantonistas.

Parágrafo 3º - Os postos de gasolina estarão sujeitos a horários especiais previstos em portarias das autoridades competentes.

Art.211 - Outros ramos de comércio ou prestadores de serviços que explorem atividades não previstas neste capítulo, que necessitam funcionar em horários especiais deverão requerê-lo ao Prefeito Municipal.

Art.212 - Poderá ser concedida licença para funcionamento de estabelecimentos comerciais, industriais e de prestação de serviços, fora do horário normal de abertura e fechamento, mediante o pagamento de uma taxa de licença especial, de que dispõe a Legislação Tributária do Município.

Art. 213 - Na infração de qualquer artigo deste capítulo, será imposta a multa de 07 (sete) UPF's, 30 (trinta) UPF's na segunda e cancelamento do Alvará de Funcionamento na terceira incidência".

[14] Comentário: NR Lei 237/1194

Art.213-A Os estabelecimentos comerciais que após o horário estipulado tiverem só o proprietário, funcionários que trabalham, por comissão ou observada a legislação federal do Trabalho, poderão ter funcionamento livre, salvo feriados: nacional, estadual municipal e domingos.

[15] Comentário: Acrescentada pela Lei Municipal 241/1995

### TÍTULO V

#### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 214 - Esta Lei, na forma de Código de Posturas do Município de Vila Rica - MT, entrará em vigor na data de sua publicação.



Prefeitura Municipal de Vila Rica

Art. 215 - Ficam revogadas todas as disposições em contrário em especial o Decreto n. 090, bem como o artigo 232 da Lei n. 070 de 19 de Dezembro de 1989, em todos os seus termos.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Vila Rica,        de        de 1.993.

Paulo de Souza Duarte  
Prefeito Municipal



Prefeitura Municipal de Vila Rica

ANEXO

LEI MUNICIPAL N.423 /02

DE 15/ de abril/2002

REGULAMENTA O ARTIGO 88 E INCISOS DO CÓDIGO DE POSTURAS DO MUNICÍPIO DE VILA RICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O prefeito Municipal de Vila Rica faz saber que a câmara Municipal aprovou e Ele sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º - A presente Lei, regulamenta o Artigo 88 e incisos do Código de Posturas do Município de Vila Rica, que trata sobre a proibição da prática de perturbação do Sossego Público, através de ruídos e sons excessivos.

Art. 2º- Serão considerados meio sonoros, todo e qualquer aparelho, veículo ou utensílio, que propagar sons, voltado ao anúncio de produtos, e/ou serviços, eventos, fatos, convites, comunicados, etc... com fins lucrativos ou não, como prestador de serviços ou para uso próprio.

#### **VEÍCULOS SONOROS DE PUBLICIDADE COMERCIAL**

Art. 3º- para exercer tal atividade, o prestador de serviços e usuário de meios sonoros, visando publicidade em geral, deverá estar devidamente cadastrado junto à fazenda municipal como prestador de serviços e contribuinte municipal e ainda:

- a) – comprovante de residência no município de Vila Rica de no mínimo 01(um) ano;
- b) – veículo em conformidade com as leis do trânsito, vistoriado pela autoridade competente;
- c) - emplacamento em Vila Rica, ou transferência em andamento, e licenciamento em dia;
- d) – placas de aluguel
- e) – combustível empregado conforme especificação técnica do fabricante do veículo.

#### **DO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO**

Art. 4º- A propaganda móvel realizada por veículos sonoros em ruas, avenidas, praças e logradouros públicos, somente será permitida com autorização expressa da Prefeitura Municipal e a devida concessão de Alvará, e nos seguintes horários:

- a) – de segundas feiras a sábados das 08:00h até as 18:00h, horário de Brasília.
- b) – aos domingos e feriados das 10:30h às 18:00h, horário de Brasília.

Parágrafo 1º – não será concedida permissão para propaganda em horários noturnos, salvo casos eventuais de anúncios de extrema necessidade e interesse público.

Parágrafo 2º - O Alvará de Licença, será fornecido pela competente Secretaria de Finanças do Município e poderá ser com validade de até 06(seis) meses.

Art. 5º - É vedado aos veículos sonoros efetuarem publicidade ou sons estacionados, devendo estar sempre em movimento.

Parágrafo Único – Aos serviços de mensagens de aniversariantes etc, será concedida licença especial para efetuarem as mensagens estacionados e em horários noturnos,



## Prefeitura Municipal de Vila Rica

somente pelo prazo necessário a emissão da mensagem, até no máximo as 24:00h, e volume reduzido somente aos interessados do local onde se encontra o homenageado, sob rigorosa fiscalização da Prefeitura Municipal e Polícia Militar.

Art. 6º- Para festas e eventos públicos em locais públicos, tais como ruas, praças, estádios ou logradouros, promovidos ou animados por veículos sonoros, serão emitidos alvarás especiais, uma vez atendidas as exigências contidas no Art. 3º.

Art. 7º -O volume da emissão de sons, ficará sob a fiscalização do Poder Público Municipal, que objetivará respeitar o bem da comunidade.

Art. 8º- Será proibida a reprodução sonora no perímetro de 100(cem) metros de Escolas e Igrejas quando estiverem em atividades bem como de hospitais, delegacias de polícia, cadeia pública, sede do Poder Judiciário, Quartel da Polícia Militar, cortejos fúnebres e locais onde se realizam homenagens póstumas.

Art. 9º - É vedada a veiculação de textos: com pronúncias de erros ortográficos e gramaticais, imorais, obscenos, de caráter discriminatório, de incentivo à anarquia ou ao uso de substâncias narcóticas em geral, bem como aos que firam a moral e os bons costumes.

Art. 10- A Prefeitura Municipal, reserva-se o direito de conceder autorização para funcionamento de tais serviços na seguinte proporcionalidade: 01(um) veículo sonoro para cada 3000(três mil) habitantes, cabendo ao Executivo a concessão de outros alvarás mediante estudo pormenorizado e impacto sonoro e ambiental, fornecido por que de direito.

### **VEÍCULOS SONOROS DE VENDEDORES AMBULANTES E SIMILARES**

Art. 11 – Aos veículos de outras localidades, de circulação eventual pelo município de Vila Rica, equipados com serviços sonoros, que objetivarem anúncios promocionais específicos, ou que objetivem a venda de produtos de forma ambulante, tais como vendedores de frutas, redes e demais mercadorias, são aplicadas as mesmas exigências que os demais, no que se refere ao Alvará de Funcionamento específico provisório e consequente contribuição junto a receita municipal, respeito aos horários, zonas de silêncio, volume de emissão de sons, conforme estatuído nos artigos anteriores desta no que couber.

Parágrafo Único – Aos contribuintes caracterizados no presente Artigo serão concedidos alvarás especificando-se o prazo de validade que não poderá ser superior a 15(quinze) dias, podendo ser renovado, mediante o recolhimento das taxas previstas em Lei.

Art. 12- É vedada a autorização para emissão de propagandas comerciais aos veículos que se enquadrem nas características mencionadas no Artigo 11 mesmo que recebam autorização de funcionamento provisório.

Art. 13 – Será cassado o Alvará de Funcionamento dos operadores de sons que não atenderem aos critérios exigidos por esta Lei, bem como aos exigidos em relação a racionalidade de volume das aparelhagens nas vias públicas e zonas de silêncio.

Art. 14 - É vedado aos proprietários de veículos particulares equipados com sons de considerável potência, o uso em vias públicas e/ou estabelecimentos comerciais que venham perturbar o sossego público.



### **SONORIZAÇÃO FIXA**

Art. 15 – Casas Comerciais equipadas com serviços de sonorização própria ou não, que objetivem promover suas mercadorias e/ou atividades através de publicidade sonora externa, deverão solicitar o competente Alvará de Licença para uso desse expediente junto a Secretaria de Finanças do Município, após o recolhimento das taxas previstas no Código Tributário Municipal.

Art. 16 - Aos usuários de procedimentos citados no artigo anterior, serão exigidas as observações relativas aos cuidados com a perturbação e sossego público, limitando-se o volume das emissões sonoras a níveis toleráveis, fiscalizados pelo Poder Público.

Art. 17 – O horário de serviços sonoros fixos externos de lojas, e demais casa comerciais de expediente diurno, fica restringido ao horário comercial normal da atividade.

Art. 18 – São proibidas as realizações de serestas e/ou eventos em bares e lanchonetes, com uso de som mecânico ou instrumental, sem a devida autorização do Poder Público, uma vez obedecidos os preceitos desta Lei no que couber.

Art. 19 – Para festas, divertimentos públicos, eventos, serestas em bares ou lanchonetes, de função noturna, será fornecido Alvará Específico, tanto para o prestador de serviço como para o contribuinte contratante.

Art. 20- O Poder Público e a Polícia Militar, entre outras competências, desenvolverão a fiscalização sobre o uso de volumes exagerados que venham a trazer problemas ao sossego público.

Art. 21 – É proibido a qualquer contribuinte promover ruídos ou sonorização em seu domicílio, com volumes que venham a afetar o direito ao sossego publico de vizinhos.

### **RUÍDOS DE MOTORES DE EXPLOSÃO**

Art. 22 – É expressamente proibida a circulação nas vias públicas, de veículos de qualquer natureza, desprovidos de silenciosos, ou com estes em mau estado de funcionamento.

Art. 23 – São proibidos igualmente, a emissão de ruídos constantes de motosserras no perímetro urbano, e de qualquer motor estacionário, sem o sistema de silencioso em perfeito estado de funcionamento e conservação.

### **OUTROS RUÍDOS**

Art. 24 – Fica terminantemente proibido:

- a) – acionar buzinas de veículos ou similares após as 22:00h;
- b) – morteiros, bombas e demais fogos ruidosos, após as 22:00h até as 06:00h do dia seguinte;
- c) - apitos ou silvos de sirenes de fabricas, cinemas ou estabelecimento outros, por mais de 30 (trinta) segundos, ou depois das 22:00h
- d) – batuques, congados e outros divertimentos congêneres, após as 22:00h, e sem a licença prévia das autoridades.

Parágrafo Único – Excetua-se, das proibições deste Artigo:



## Prefeitura Municipal de Vila Rica

I – os tímpanos, sinetas ou sirenes dos veículos de assistências, corpo de bombeiros e polícia, quando em serviço;

II- os apitos das rondas e guardas policiais.

Art. 25 – Nas igrejas, conventos, e capelas os sinos e/ou equipamentos sonoros, não poderão tocar antes das 06:00h e depois das 22:00h, salvo os toques rebates por ocasião de incêndios ou inundações.

Art. 26 – É proibido executar qualquer trabalho ou serviço que produza ruídos antes das 07:00h e depois das 22:00h nas proximidades de hospitais, escolas, asilos ou casas residenciais.

Parágrafo Único – as máquinas e aparelhos que, a despeito da aplicação de dispositivos especiais, não apresentarem diminuição sensível de perturbações, não poderão funcionar aos domingos e feriados, nem a partir das 18:00h nos dias úteis.

Art.27- nas infrações de qualquer artigo desta Lei, será imposta a multa de 10(dez) vezes o valor atribuído ao correspondente Alvará de Funcionamento ou concessão, na forma da Lei.

Art.28 – A aplicação da presente lei, será fiscalizada pelo Poder Público Municipal, com o auxílio da Polícia Militar do estado do Mato Grosso.

Art. 29 – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 30 – Revogam-se as disposições contrárias.

Gabinete do Prefeito Municipal

Naftaly Calisto da Silva  
Prefeito Municipal